IBGE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Educação 2017

PNAD contínua

ISBN 978-85-240-4458-8
© IBGE, 2018

O tema educação contemplado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua[1] é investigado trimestralmente, por meio de um módulo sobre as características básicas de educação para as pessoas de 5 anos ou mais de idade, e anualmente, no segundo trimestre[2] de cada ano civil, por meio do módulo ampliado para todas as pessoas da amostra.

Tendo em vista retratar o panorama educacional da população do Brasil, são apresentados os resultados do módulo ampliado de educação com referência no segundo trimestre de 2017, assim como algumas comparações com os resultados do mesmo trimestre do ano anterior.

O sistema educacional brasileiro

Para entender o sistema educacional brasileiro é necessário considerar as disposições mais recentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n. 9.394, de 20.12.1996) e outras legislações associadas à educação, para medir o seu alcance nos aspectos definidos como obrigatórios e também nas alternativas de educação e modalidades de ensino. Segundo a LDB, a educação básica contempla a educação infantil (creche e pré-escola), o ensino fundamental e o ensino médio. Ela pode ser oferecida por meio do ensino regular, da educação especial[3] e da educação de jovens e adultos. A educação superior, por sua vez, oferece cursos de graduação, pós-graduação, sequenciais e de extensão, não sendo os dois últimos investigados na PNAD Contínua.

Taxa de analfabetismo (1)

	2016	2017
Homem	7,4%	7,1%
Mulher	7,0%	6,8%

	2016	2017
Branca	4,2%	4,0%
Preta ou parda	9,9%	9,3%

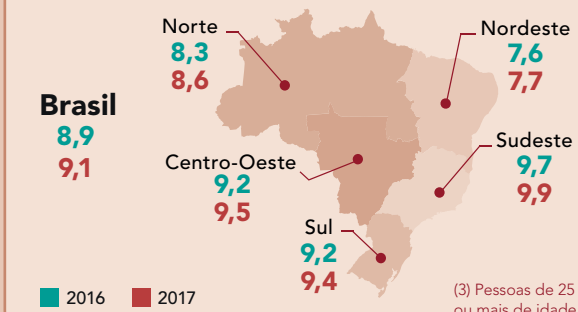
(1) Pessoas de 15 anos ou mais de idade.

Nível de instrução (2)

	2016	2017
Sem instrução	7,8%	7,2%
Concluíram ao menos a etapa do ensino básico obrigatório	45,0%	46,1%

(2) Pessoas de 25 anos ou mais de idade.

Número médio de anos de estudo (3)



(3) Pessoas de 25 anos ou mais de idade.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

[1] Por decisão editorial, a partir de 2017 a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. As tabelas de resultados, as notas técnicas e demais informações sobre a PNAD Contínua encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=21073>.

[2] A fixação da coleta do módulo ampliado em um único trimestre busca garantir que o período de matrículas já tenha ocorrido, e que o período letivo não tenha terminado, evitando fases de transição entre um nível escolar e outro.

[3] Modalidade oferecida para educando com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação. Na PNAD Contínua, esta modalidade é captada juntamente à educação regular.

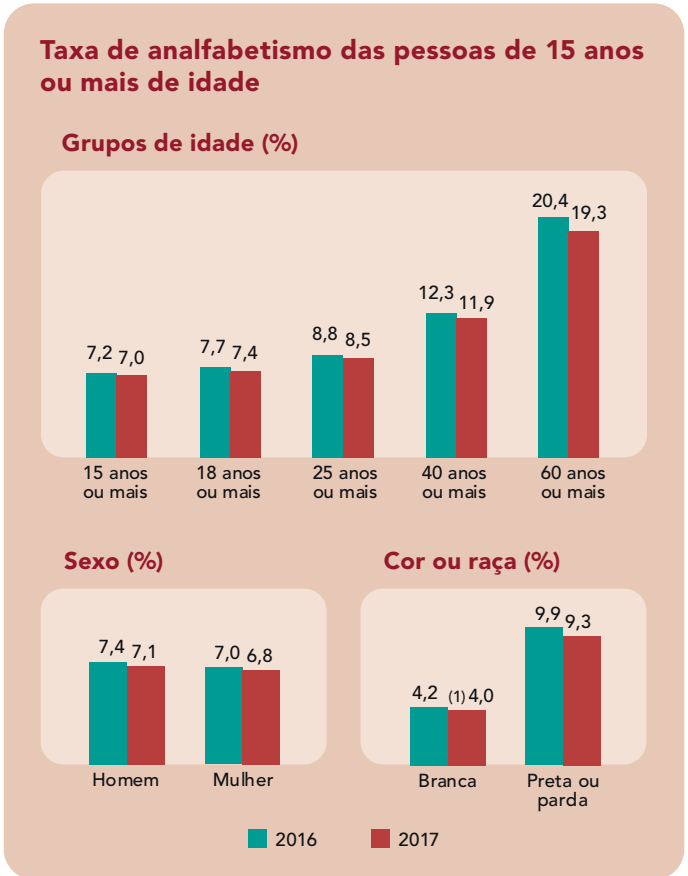
O ensino regular sofreu mudanças ao longo dos anos e, com isso, a nomenclatura e a estruturação dos cursos variou conforme o período: anterior a 1971 e entre 1971 e 1996. O atual ensino fundamental é equivalente ao 1º grau e ao primário/elementar mais o ginasial/médio 1º ciclo; o ensino médio equivale ao 2º grau e ao científico/clássico; e a educação de jovens e adultos, por sua vez, corresponde ao supletivo. Por fim, a LDB define a educação profissional e tecnológica nas modalidades de qualificação profissional, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação.

Analfabetismo

No Brasil, em 2017, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 7,0% (11,5 milhões de analfabetos). Se comparada a taxa de 2016 (7,2%), o número de pessoas de 15 anos ou mais que eram analfabetos apresentou uma redução de aproximadamente 300 mil pessoas.

A relação direta do analfabetismo com a idade mostra o caráter estrutural desse indicador, ou seja, a taxa de analfabetismo, mesmo em queda, persiste mais alta para as idades mais avançadas. Em 2017, entre as pessoas com 60 anos ou mais, a taxa foi 19,3%, 1,1 ponto percentual (p.p.) menor do que em 2016 (20,4%).

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.
(1) Variação não significativa ao nível de confiança de 95%.

A redução da taxa de analfabetismo entre 2016 e 2017 foi observada para homens e mulheres, assim como para pessoas de cor preta ou parda. Em 2017, a taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade foi 7,1% e para as mulheres, 6,8% (em 2016, foram respectivamente 7,4% e 7,0%). Entre as pessoas de 15 anos ou mais de cor branca, 4,0% eram analfabetas, enquanto que entre as de cor preta ou parda a taxa foi 9,3% (redução de 0,5 p.p.).

Nas Grandes Regiões brasileiras, verificou-se, com exceção da Região Sul, um declínio da taxa de analfabetismo para as pessoas com 60 anos ou mais entre 2016 e 2017. Considerando as pessoas de 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo diminuiu na Região Norte, Sudeste e Centro-Oeste, mantendo-se estável nas demais regiões. Cabe destacar que tal indicador reflete as desigualdades regionais, na medida em que as Regiões Nordeste e Norte apresentaram as taxas de analfabetismo mais elevadas – 8% e 14,5%, respectivamente, para pessoas com 15 anos ou mais de idade, frente a taxa de 3,5% nas Regiões Sudeste e Sul e a taxa de 5,2% na Região Centro-Oeste. Adicionalmente, na Região Nordeste, 38,6% da população de 60 anos ou mais não sabia ler ou escrever um bilhete simples, sendo quase quatro vezes maior que a taxa do Sudeste para o mesmo grupo etário, 10,6% em 2017.

Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)

Taxa de analfabetismo	15 anos ou mais			60 anos ou mais		
	2016	2017	Variação	2016	2017	Variação
Brasil	7,2	7,0	↓	20,4	19,3	↓
Norte	8,5	8,0	↓	30,0	27,4	↓
Nordeste	14,8	14,5	→|	39,8	38,6	↓
Sudeste	3,8	3,5	↓	11,7	10,6	↓
Sul	3,6	3,5	→|	11,3	10,9	→|
Centro-Oeste	5,7	5,2	↓	21,1	18,9	↓

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.
Nota: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.

Com o objetivo de estabelecer metas, estratégias e diretrizes para a política educacional brasileira e promover avanços educacionais no país, o Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei n. 13.005, de 25.06.2014, determinou na Meta 9 a redução da taxa de analfabetismo para 6,5%, em 2015, e a erradicação do analfabetismo ao final da vigência do Plano, em 2024. Em 2017, as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste já apresentavam taxas menores que a meta intermediária e caminhavam para a erradicação em 2024. Todavia, Norte e Nordeste se deparavam com outro panorama: taxas mais elevadas que a meta intermediária.

Nível de instrução e anos de estudo

Atualização metodológica

A Lei n. 11.274, de 06.02.2006 instituiu o ensino fundamental obrigatório com duração de 9 anos, iniciando-se aos 6 anos de idade. Essa medida fez com que a Classe de Alfabetização - CA, destinada à aprendizagem da leitura e escrita antes do ingresso no ensino fundamental de 8 anos, fosse absorvida ao primeiro ano do ensino fundamental de 9 anos. Como a implantação dessa mudança foi gradual, os instrumentos de coleta foram adaptados para acompanhar o período de transição, permitindo que os indicadores de anos de estudo e nível de instrução pudessem abranger o acréscimo de uma série no início do ensino fundamental.

Inicialmente, os indicadores de anos de estudo e nível de instrução mantiveram a equivalência ao ensino fundamental de 8 anos, sem que o 1° ano do ensino fundamental de 9 anos fosse considerado 1 ano de estudo completo. Logo, pessoas que haviam concluído o 1° ano do ensino fundamental de 9 anos permaneceram com "0 anos de estudo" e "sem instrução". Portanto, o valor máximo de anos de estudo continuou igual a 15 anos para quem concluiu o curso superior, visto que a maioria desses cursos possuem 4 anos de duração.

A partir da divulgação dos resultados de 2017, os indicadores de anos de estudo e nível de instrução foram adaptados ao ensino fundamental de 9 anos. Isso significou que a conclusão do 1° ano do ensino fundamental de 9 anos passou a ser considerada como 1 ano de estudo completo. Complementarmente, a conclusão da Classe de Alfabetização - CA e da Alfabetização de Jovens e Adultos - AJA também passaram a ser consideradas como equivalentes à conclusão do 1° ano do ensino fundamental de 9 anos. Esse acréscimo fez com que os anos de estudo atingissem um valor máximo de 16 anos. O nível de instrução também sofreu atualização, pois o grupo cujo curso mais elevado concluído anteriormente era o CA ou o AJA passou a ser considerado como possuindo nível fundamental incompleto.

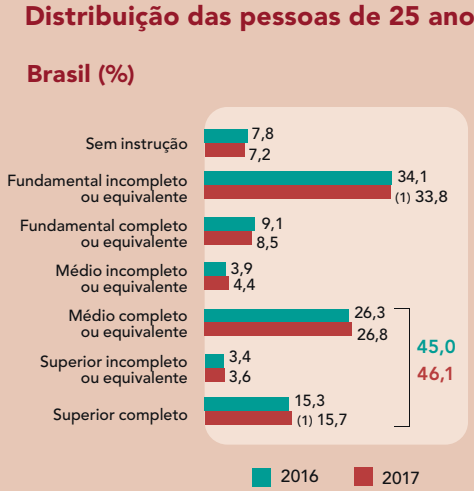
Nível de instrução

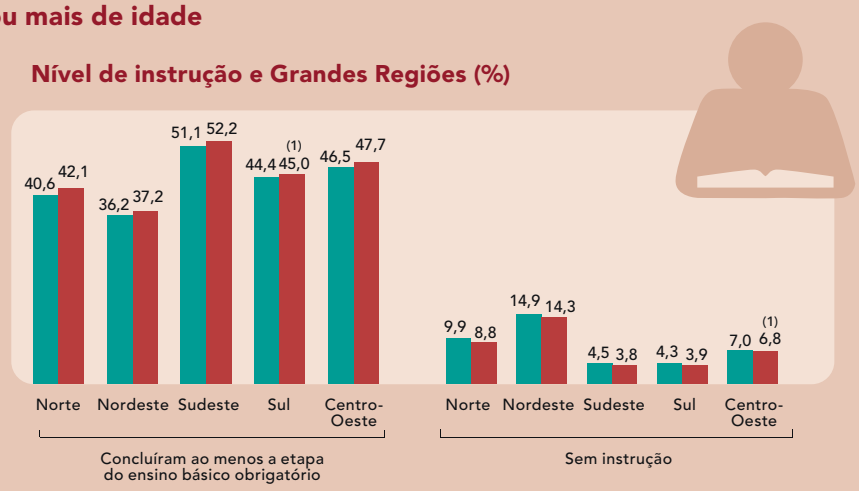
O nível de instrução é o indicador que capta o nível educacional alcançado por cada pessoa, independentemente da duração dos cursos por ela frequentado. Como as escolhas educacionais das pessoas variam ao longo da vida, esse indicador é melhor avaliado entre aquelas pessoas que já poderiam ter concluído o seu processo regular de escolarização, em geral, em torno dos 25 anos.

No Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, passou de 45,0%, em 2016, para 46,1%, em 2017. Esse aumento, também foi acompanhado por uma redução de 0,6 p.p. tanto na proporção de pessoas sem instrução, quanto na de pessoas com o fundamental completo.

Nas Grandes Regiões, exceto a Região Sul, também foi observado o aumento da proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram, ao menos, a educação básica obrigatória. A Região Norte apresentou o maior crescimento em termos percentuais (1,5 p.p.), tendo, em 2017, 42,1% das pessoas nessa situação. Contudo, esse valor foi o segundo menor entre as Grandes Regiões, onde apenas o Nordeste exibiu um percentual inferir, 37,2% em 2017. Já na Região Sudeste, desde 2016, mais da metade da população de 25 anos ou mais já havia completado, no mínimo, as etapas da educação básica, chegando a 52,2% em 2017 e deixando clara a disparidade em termos educacionais das Grandes Regiões Brasileiras.

Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade



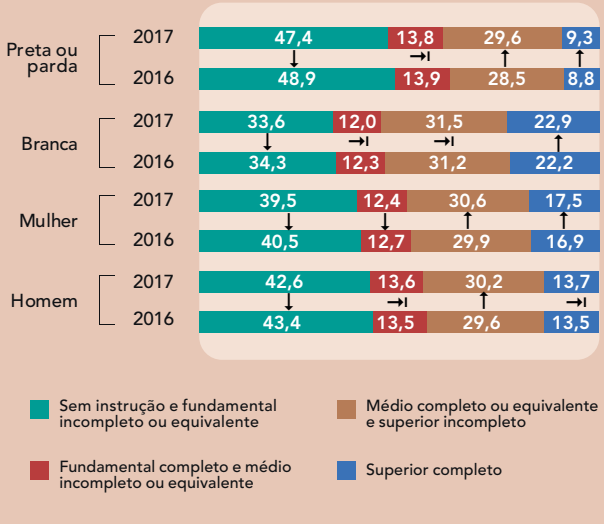


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.
(1) Variação não significativa ao nível de confiança de 95%.

Os avanços educacionais também foram observados entre as pessoas sem instrução, com redução da sua proporção entre 2016 e 2017 nas Grandes Regiões, exceto a Centro-Oeste. Em especial, as Regiões Norte e Nordeste, detentoras dos maiores percentuais de pessoas sem instrução, passaram de 9,9% e 14,9%, em 2016, para 8,8% e 14,3%, em 2017. Esses resultados condizem com a redução da taxa de analfabetismo dessas regiões.

Com relação às diferenças na distribuição do nível de instrução por sexo e por cor ou raça, entre 2016 e 2017, nota-se uma ampliação dos níveis de instrução mais elevados (médio completo ao superior completo) em detrimento das demais classes. Pessoas de cor branca, assim como as mulheres, mantiveram sua estrutura educacional com percentuais mais elevados de conclusão de, no mínimo, as etapas básicas obrigatórias. Em especial, 22,9% das pessoas de cor branca e 17,5% das mulheres, ambas com 25 anos ou mais de idade, possuíam o ensino superior completo em 2017. Dentre os homens, 42,6% eram sem instrução ou não chegaram a concluir o ensino fundamental (redução de 0,8 p.p. em relação a 2016) e 13,7% tinham o ensino superior completo. Entre as pessoas de cor preta ou parda, 47,4% não completaram nem a primeira etapa do ensino básico, uma proporção elevada, mas que obteve uma queda de 1,5 p.p. de 2016 para 2017. Por outro lado, o percentual de pessoas de cor preta ou parda com o ensino superior completo passou de 8,8%, em 2016, para 9,3% em 2017.

Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução, por sexo e cor ou raça (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.

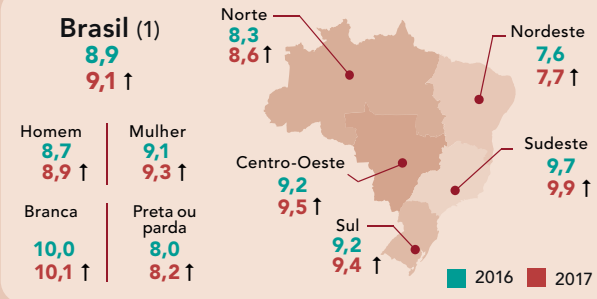
[4] Não são consideradas as pessoas com número de anos de estudo não determinados. Esse grupo corresponde a 0,07% das pessoas de 25 anos ou mais.

Número médio de anos de estudo

A média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade[4], em 2017, foi 9,1 anos, 0,2 ano maior que em 2016. Esse patamar de crescimento esteve presente em todas as Regiões, com Sudeste, Centro-Oeste e Sul apresentando valores acima da média nacional, respectivamente de 9,9, 9,5 e 9,4 anos, enquanto as Regiões Nordeste e Norte ficaram abaixo da média nacional, com 8,6 anos e 7,7 anos, respectivamente.

Entre as mulheres, estimou-se o número médio de anos de estudo em 9,3 anos, enquanto para os homens, 8,9 anos, ambos 0,2 anos maiores do que em 2016. Com relação à cor ou raça, mais uma vez a diferença foi considerável, registrando-se 10,1 anos de estudo para as pessoas de cor branca e 8,2 anos para as de cor preta ou parda, ou seja, uma diferença de quase 2 anos entre esses grupos.

Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade (anos)



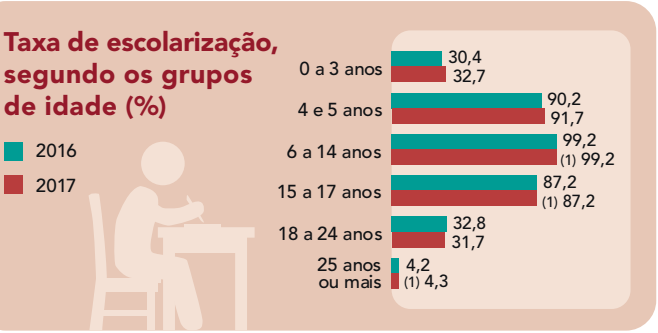
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.
(1) Inclusive aquelas declaradas de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Frequência à escola ou creche

A partir da informação de frequência à escola ou creche é possível calcular a taxa de escolarização e a taxa ajustada de frequência escolar líquida, indicadores que ajudam a monitorar o acesso, o atraso e a evasão do sistema de ensino brasileiro.

Taxa de escolarização, segundo os grupos de idade (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

(1) Variação não significativa ao nível de confiança de 95%.

O primeiro indicador retrata a proporção de estudantes em relação ao total de pessoas. O segundo indicador representa a razão entre o número de estudantes com idade prevista para estar cursando uma determinada etapa de ensino (incluindo também as pessoas nessa faixa que já concluíram a etapa) e a população total na mesma faixa etária.

No Brasil, em 2017, 56,4 milhões de pessoas frequentavam escola ou creche. Entre as crianças de 0 a 3 anos a taxa de escolarização foi 32,7%, o equivalente a 3,3 milhões de estudantes. Comparado ao ano de 2016, a taxa de escolarização das crianças de 0 a 3 anos aumentou 2,4 p.p. ou aproximadamente 210 mil pessoas. Entre as crianças de 4 e 5 anos, faixa correspondente à pré-escola, a taxa foi 91,7% em 2017, frente aos 90,2% em 2016, totalizando quase 4,9 milhões de pessoas. Já na faixa de idade de 6 a 14 anos a universalização, desde 2016, já estava praticamente alcançada, com 99,2% das pessoas na escola.

A taxa de escolarização entre os jovens de 15 a 17 anos, em 2017, manteve-se no mesmo percentual de 2016, 87,2%, inferior a universalização necessária a esta faixa etária, conforme a LDB. Entre as pessoas de 18 a 24 anos e aquelas com 25 anos ou mais, 31,7% e 4,3% estavam frequentando escola. Frente aos resultados de 2016, a taxa do primeiro grupo apresentou redução de 1,1 p.p., enquanto o segundo grupo se manteve estável.

Em termos nacionais, a rede privada foi responsável por 26,1% dos alunos em creche e pré-escola, 16,3% no ensino fundamental e 13% no ensino médio regular. Se comparados a 2016, houve estabilidade no percentual dos dois primeiros grupos e uma redução de 1,2 p.p. no percentual da rede privada no ensino médio regular.

A predominância da rede pública na educação básica foi observada em todas as Grandes Regiões, especialmente na Regiões Norte onde a rede pública era responsável por 82,2% das pessoas que frequentavam a creche ou pré-escola pública, 91,5% o ensino fundamental regular e 93% o ensino médio regular. Apesar disso, a Região Nordeste foi aquela que apresentou o maior percentual de crianças em creche ou pré-escolas privadas, 30%, enquanto a Região Sudeste teve as maiores percentagens no ensino fundamental e médio regular privado, 19% e 15,9%, respectivamente.

Por outro lado, o ensino privado prevaleceu nos cursos do ensino superior, especialização, mestrado e doutorado. Nota-se que, nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, a frequência a rede privada na graduação foi superior a média nacional, chegando a alcançar 79,4% no Sudeste. Nas Regiões Norte e Nordeste, esse percentual foi 65,6% e 67,4%.

Estudantes na rede privada de ensino, por Grandes Regiões, segundo o curso frequentado (%)

Curso frequentado	Brasil			Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro-Oeste		
	2016	2017	Variação	2016	2017	Variação	2016	2017	Variação	2016	2017	Variação	2016	2017	Variação	2016	2017	Variação
Creche e pré-escola	27,0	26,1	→I	21,2	18,8	→I	31,8	30,7	→I	25,4	25,3	→I	24,9	23,9	→I	27,5	25,7	→I
Ensino fundamental regular	16,6	16,3	→I	8,8	8,5	→I	17,8	17,4	→I	19,1	19,0	→I	13,0	13,0	→I	16,7	16,0	→I
Ensino médio regular	14,2	13,0	↓	8,2	7,0	→I	11,4	10,3	→I	17,7	15,9	→I	13,9	14,5	→I	13,7	13,3	→I
Superior - Graduação	74,3	74,2	→I	68,5	65,6	→I	66,2	67,4	→I	79,5	79,4	→I	75,3	74,5	→I	73,4	74,3	→I
Especialização, mestrado e doutorado	67,1	71,9	↑	70,4	75,9	→I	65,5	68,7	→I	65,4	73,2	↑	70,2	72,7	→I	69,2	68,9	→I

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.

Pessoas de 0 a 5 anos de idade

A educação infantil engloba as crianças de 0 a 5 anos de idade, abrangendo a creche (de 0 a 3 anos) e a pré-escola (4 e 5 anos). Em 2013, a educação básica tornou-se obrigatória aos 4 anos de idade e, assim, passou-se a buscar a universalização do ensino a partir dessa idade, além da ampliação do acesso a creche para a faixa etária de 0 a 3 anos.

O PNE, por meio da Meta 1, estabeleceu que, no mínimo, 50,0% das crianças de 0 a 3 anos frequentem creche até o final da vigência do Plano. Nesse sentido, a Região Norte apresentou a menor taxa de escolarização entre as crianças até 3 anos (16,9%), seguida da Região Centro-Oeste (25,4%) e Nordeste (28,7%). Por outro lado, as Regiões Sul e Sudeste mantiveram as percentagens mais elevadas, 40,0% e 39,2% respectivamente. Frente a 2016, apenas o Norte e o Sudeste apresentaram crescimento da escolarização de pessoas de 0 a 3 anos de idade, respectivamente de 2,4p.p. e 3,3p.p..

Taxa de escolarização das pessoas de 0 a 5 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)

	De 0 a 3 anos		4 e 5 anos	
Brasil	30,4	32,7	90,2	91,7
Norte	14,4	16,9	84,1	(1) 85,0
Nordeste	27,2	(1) 28,7	94,1	(1) 94,8
Sudeste	35,9	39,2	90,8	93,0
Sul	38,0	(1) 40,0	88,1	(1) 88,9
Centro-Oeste	25,0	(1) 25,4	84,4	(1) 86,9

2016 2017

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

(1) Variação não significativa ao nível de confiança de 95%.

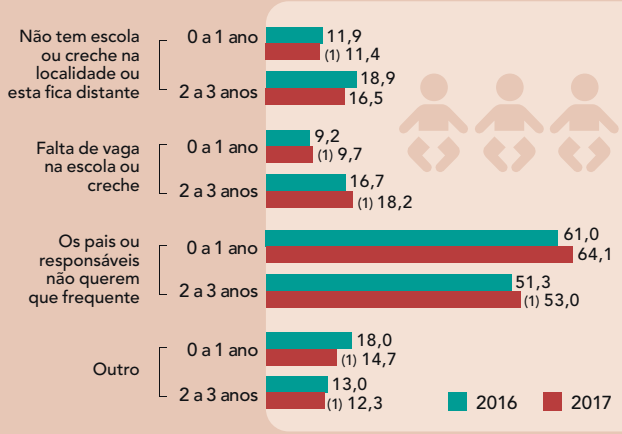
A Meta 1 do PNE também estabeleceu a universalização da educação infantil na pré-escola até o ano de 2016. Todavia, em 2017, a taxa de escolarização para o grupo de 4 e 5 anos foi 91,7%, e a meta não foi alcançada em nenhuma Grande Região. As Regiões Nordeste e Sudeste apresentaram taxas acima da média nacional, 94,8% e 93,0%. Por outro lado, na Região Norte, 15,0% das crianças de 4 e 5 anos não estavam frequentando escola.

Dado esse retrato da escolaridade das crianças de 0 a 5 anos, estimou-se, em 2017, que 7,3 milhões de crianças nessa faixa etária não frequentavam escola, ou seja 67,3% (6,8 milhões) da população de 0 a 3 anos e 8,3% (440 mil) da população de 4 e 5 anos. Em relação ao ano de 2016, houve uma redução dos percentuais, onde 69,6% da população de 0 a 3 anos e 9,8% da população de 4 e 5 anos não estavam na escola.

Para entender esse resultado, cabe analisar os motivos dessa não frequência de acordo com a idade. Para 64,1% (2,7 milhões) das crianças de 0 e 1 ano a não frequência se deu porque os pais ou responsáveis não queriam, percentagem que era de 61% em 2016. Esse motivo também se mostrou importante, mas em menor proporção, para as crianças de 2 e 3 anos, 53,0% (1,4 milhões) em 2017. Estimou-se ainda que 34,7% (897 mil) das crianças de 2 e 3 anos e 21,1% (903 mil) das crianças de 0 a 1 ano não frequentavam escola por dificuldade de acesso, seja por falta de vaga ou por falta de escola na localidade.

Entre as crianças de 4 e 5 anos, onde 8,3% não frequentavam escola, 44,4% (196 mil) não frequentavam escola por ausência de vaga (24,6%) ou inexistência de escola na localidade de moradia (19,8%). Nota-se ainda que 41,4% (182 mil) das crianças de 4 e 5 anos não estavam na escola por desejo dos pais ou responsáveis. Todas essas percentagem não mostraram variação estatisticamente significativa entre 2016 e 2017.

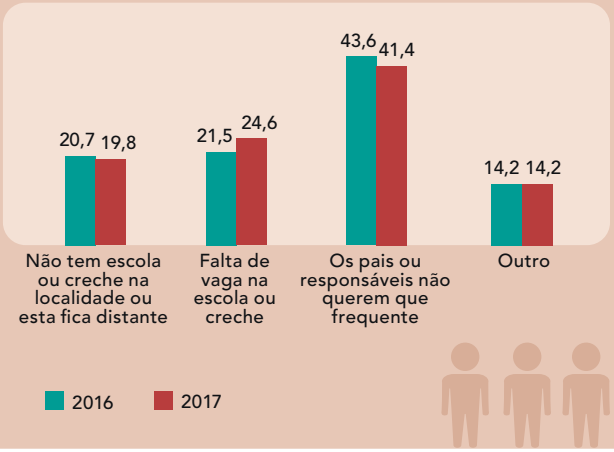
Distribuição das pessoas de 0 a 3 anos de idade, por motivo de não frequência à escola, segundo os grupos de idade (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

(1) Variação não significativa ao nível de confiança de 95%.

Distribuição das pessoas de 4 e 5 anos de idade, por motivo de não frequência à escola (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: Variação não significativa, ao nível de confiança de 95%, para nenhuma categoria.

Pessoas de 6 a 14 anos de idade

A taxa de escolarização para as pessoas de 6 a 14 anos de idade, em 2017, foi 99,2%, o equivalente a um contingente de 26,2 milhões de estudantes no sistema de ensino brasileiro. Essa taxa foi igual a de 2016 e se mostrou muito próxima a universalização estabelecida pela Meta 2 do PNE. Além disso, o patamar da taxa nacional foi similar à de todas as Grandes Regiões.

Apesar da elevada taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos, chama atenção os resultados que indicam a adequação entre a idade e a etapa do ensino fundamental frequentado. Para esse monitoramento, utiliza-se a taxa ajustada de frequência escolar líquida, que para o ensino fundamental pode ser dividida entre a etapa dos anos iniciais (até o 5º ano) e dos anos finais (do 6º ao 9º ano).

Em 2017, 95,5% das pessoas de 6 a 10 anos estavam frequentando o ensino fundamental na etapa idealmente estabelecida, isto é, os anos iniciais do ensino fundamental, e, frente a 2016, houve um aumento de 0,5p.p.. Essa taxa ajustada de frequência escolar líquida quando calculada por sexo e por cor ou raça se mostrou próxima a taxa agregada, sendo de 95,3% entre os homens, 95,7% entre as mulheres, 95,8% entre os de cor branca e 95,3% entre os de cor preta ou parda.

Na etapa final, idealmente estabelecida para o grupo de 11 a 14 anos de idade, essa taxa foi 83,3% para os homens e 88,0 % para as mulheres, um avanço de 1,2 p.p e 1,3 p.p em relação a 2016. Entre as pessoas de cor branca, 89,1% estavam na idade série adequada, já entre as de cor preta ou parda essa taxa foi 83,4% (um aumento de 1,5p.p.). Portanto, 10,9% das pessoas de cor branca de 11 a 14 anos e 16,6% das pessoas de cor preta ou parda dessa idade estavam atrasadas em relação à etapa de ensino que deveriam estar cursando ou haviam evadido o sistema de ensino brasileiro.

Taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino fundamental das pessoas de 6 a 14 anos de idade, por etapas do ensino fundamental (%)

		2016	2017
6 a 10 anos nos anos iniciais do ensino fundamental	**Total** (1)	95,0	95,5
	Homem	94,8	(2) 95,3
	Mulher	95,2	(2) 95,7
	Branca	95,0	95,8
	Preta ou parda	95,0	(2) 95,3
11 a 14 anos nos anos finais do ensino fundamental	**Total** (1)	84,4	85,6
	Homem	82,0	83,3
	Mulher	86,8	88,0
	Branca	88,1	(2) 89,1
	Preta ou parda	81,9	83,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

(1) Inclusive aquelas declaradas de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.
(2) Variação não significativa ao nível de confiança de 95%.

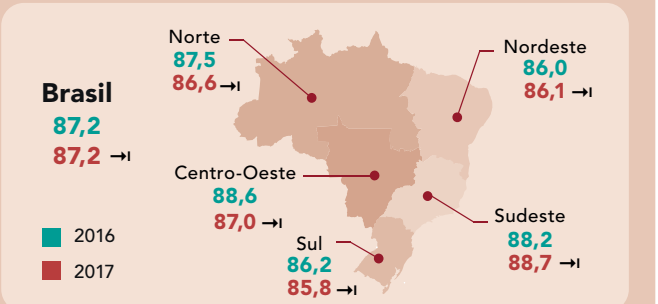
De forma geral, percebe-se que as crianças de 6 a 10 se mantêm adequadamente na idade/etapa correta nos anos iniciais do ensino fundamental, porém ao passar para os anos finais, começa a acentuar o atraso. Logo, uma parte desse grupo já chega atrasado ao ensino médio e as distorções só tendem a se intensificar nessa etapa seguinte do ensino.

Pessoas de 15 a 17 anos de idade

Como mostrado anteriormente, a taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos, em 2017, foi 87,2% e não variou frente a taxa de 2016. Adicionalmente, não se alcançou a universalização definida na Meta 3 do PNE até o termino de 2016. Em termos regionais, as taxas de escolarização permaneceram estáveis entre os dois anos, sendo, em 2017, de 85,8% no Sul, 86,1% no Nordeste, 86,6% no Norte, 87% no Centro-Oeste e 88,7% no Sudeste, maior percentagem entre as Grandes Regiões.

Para o grupo etário de 15 a 17 anos, o ideal seria estar frequentando o ensino médio, porém, apenas 68,4% estavam na idade/série adequada, percentagem que não apresentou diferença em relação a 2016 (68,0%). Entre as mulheres dessa faixa etária, a taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio foi 73,5%, maior do que a observada entre os homens (63,5%). Entre as pessoas brancas, essa taxa foi 76,4%, enquanto para as pessoas pretas ou pardas, 63,5%. A Meta 3 do PNE, também estabelece que a taxa de frequência escolar líquida ao ensino médio seja elevada para 85,0% até o final da vigência do Plano, porém os desafios para alcançar essa meta são muitos, além de parte do atraso vir do ensino fundamental.

Taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.

Taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio das pessoas de 15 a 17 anos de idade, segundo o sexo e a cor ou raça (%)

		2016	2017
Total (1)		68,0	68,4
	Homem	63,1	63,5
	Mulher	73,3	73,5
	Branca	75,7	76,4
	Preta ou parda	63,0	63,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: Variação não significativa, ao nível de confiança de 95%, para nenhuma categoria.
(1) Inclusive aquelas declaradas de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Pessoas de 18 a 24 anos de idade

As pessoas de 18 a 24 de idade, quando prosseguem seu histórico escolar sem atrasos, normalmente já poderiam estar frequentando pelo menos o ensino superior de graduação. Nota-se que o patamar da taxa de escolarização para esse grupo etário, independentemente do curso frequentado, se mostrou bem abaixo daqueles para os grupos entre 4 e 17 anos, que contemplam a idade ideal para cursar a educação básica obrigatória garantida por lei. Além disso, houve uma redução da participação das pessoas de 18 a 24 anos na escola de 2016 para 2017, cuja taxa foi 31,7%.

A queda da taxa de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos foi verificada para as mulheres (34,1% em 2016 para 32,6% em 2017) e para pessoas de cor preta ou parda (29,4% em 2016 para 28,4% em 2017), para os homens e para as pessoas de cor branca houve estabilidade da taxa. Nota-se, ainda, que a taxa de escolarização das mulheres se manteve mais elevada que a dos homens em ambos os anos, assim como a das pessoas de cor branca permaneceu acima daquelas de cor preta ou parda.

Taxa de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos de idade, segundo o sexo e a cor ou raça (%)

	2016	2017
Total (1)	32,8	31,7
Homem	31,6	(2) 30,8
Mulher	34,1	32,6
Branca	37,4	(2) 36,7
Preta ou parda	29,4	28,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

(1) Inclusive aquelas declaradas de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.
(2) Variação não significativa ao nível de confiança de 95%.

Ao avaliar a taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino superior, nota-se que 23,2% das pessoas de 18 a 24 se encontravam nessa etapa de ensino, percentagem sem variação frente a 2016. Para as mulheres essa taxa foi 26,8%, 1p.p. menor que a de 2016, enquanto para os homens foi 19,7%, valor estável em relação a 2016. Entre as pessoas de cor branca a taxa foi 32,9%, e entre as pessoas de cor preta ou parda foi 16,7%, ambas sem variações significativas frente a 2016. Todavia, a taxa ajustada para as pessoas pretas ou pardas permaneceu quase a metade da taxa das pessoas de cor branca.

Cabe ressaltar que a Meta 12 do PNE estabelece que a taxa de frequência escolar líquida ao ensino superior para população de 18 a 24 anos deve ser elevada para 33% ao final da vigência do Plano. Para as pessoas de cor branca, essa meta já foi alcançada, porém para as de cor preta ou parda há uma grande necessidade de políticas de incentivo ao ensino superior, seja melhorando o acesso, ou o número de vagas, assim como reduzindo o atraso e a evasão do ensino médio para que mais pessoas se tornem aptas a ingressar nessa etapa.

Taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino superior das pessoas de 18 a 24 anos de idade, segundo o sexo e a cor ou raça (%)

	2016	2017
Total (1)	23,8	23,2
Homem	20,0	(2) 19,7
Mulher	27,8	26,8
Branca	33,5	(2) 32,9
Preta ou parda	16,8	(2) 16,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

(1) Inclusive aquelas declaradas de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.
(2) Variação não significativa ao nível de confiança de 95%.

Educação básica para jovens e adultos

A LDB garante o direito a educação de jovens e adultos destinadas àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo no ensino fundamental ou médio na idade adequada. Esses cursos têm especificidades próprias e podem ser realizados na etapa do ensino fundamental pelas pessoas com 15 anos ou mais e na etapa do ensino médio por aquelas com 18 anos ou mais. Com esse corte de idade mínima baixo, a modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) vem sendo bastante demandada. Em 2017, 853 mil pessoas frequentavam o EJA do ensino fundamental e 811 mil pessoas o EJA do ensino médio. Em relação a 2016, o número de pessoas na etapa do fundamental cresceu 3,4% e na etapa do ensino médio, 10,6%.

Cabe lembrar ainda da alfabetização de jovens e adultos (AJA) que busca promover a superação do analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade. Em 2017, 118 mil pessoas frequentavam tal curso, valor menor do que o de 2016, 153 mil pessoas.

Do total de estudantes na alfabetização e educação de jovens e adultos, 95,5% frequentavam a rede pública em 2017. Entre aquelas que frequentavam cursos presenciais do ensino fundamental, 85,2% frequentavam o turno noturno, mesmo turno frequentado por 86,4% das pessoas em cursos presenciais do EJA do ensino médio. Essa concentração do estudo noturno se diferencia muito do ensino regular, que é majoritariamente diurno.

Frequência à educação profissional

Graduação tecnológica

A graduação tecnológica é a modalidade de educação profissional do ensino superior de graduação brasileiro. Possui os mesmos pré-requisitos de ingresso que os demais cursos do ensino superior (bacharelado e licenciatura), porém tem enfoque específico em uma área profissional, duração menor (de 2 a 3 anos), e sua conclusão confere o diploma de tecnólogo.

Em 2017, entre os 7,9 milhões de estudantes do ensino superior de graduação no Brasil, 776 mil frequentavam cursos tecnológicos, o que corresponde a 9,8% do total de estudantes do ensino superior. As Regiões Sul e Sudeste exibiram um percentual de estudantes na graduação tecnológica acima da média nacional, respectivamente 10,8% e 10,4%. O Centro-Oeste apresentou uma taxa próxima a média nacional, enquanto Nordeste (8,4%) e Norte (8,3%), ficaram aquém deste valor. Em relação a 2016, não houve variação estatisticamente significativa na proporção de estudantes nos cursos de graduação tecnológica.

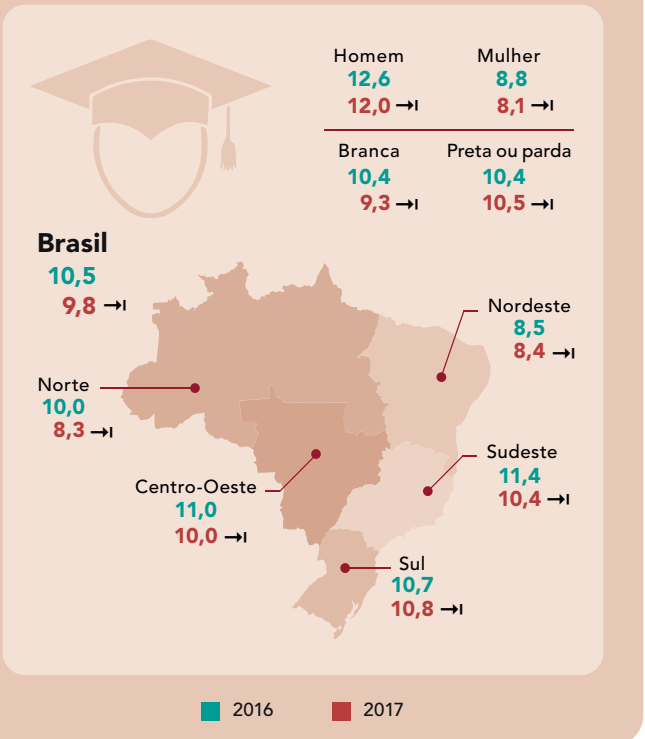
Estudantes do ensino superior de graduação, segundo as Grandes Regiões (milhares)

Grandes Regiões	Total		Na graduação tecnológica	
	2016	2017	2016	2017
Brasil	8 053	7 905	842	776
Norte	654	667	65	55
Nordeste	1 860	1 811	158	152
Sudeste	3 520	3 362	400	351
Sul	1 267	1 324	136	143
Centro-Oeste	752	742	83	74

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

A participação nessa modalidade de educação profissional foi mais frequente entre os homens (12,0%) do que entre as mulheres (8,1%), assim como entre as pessoas de cor preta ou parda (10,5%) em relação às pessoas de cor branca (9,3%).

Estudantes do ensino superior de graduação tecnológica, segundo o sexo, a cor ou raça ou as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.

Técnico de nível médio

A modalidade de educação profissional destinada aos estudantes de ensino médio ou às pessoas que já o concluíram se denomina técnico de nível médio. Ela possui legislação própria, assim como diretrizes curriculares específicas, e pode ser desenvolvida de duas formas: articulada com o ensino médio (integrada ao curso ou concomitante a este) ou subsequente à conclusão deste curso.

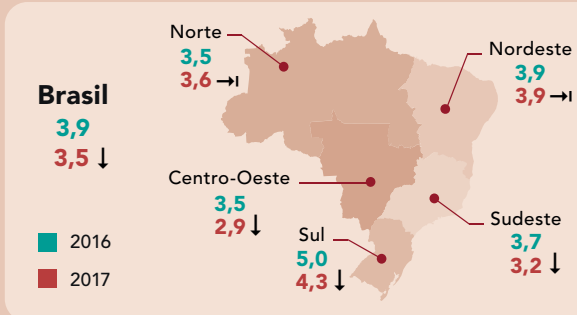
Em 2017, no Brasil, 56,6 milhões de pessoas estavam aptas a frequentar um curso técnico de nível médio – eram estudantes do ensino médio (regular ou EJA) ou haviam concluído esse nível (ou equivalente) sem ter alcançado o ensino superior completo. Desse total, 3,5% estava frequentando curso técnico de nível médio, o equivalente a quase 2 milhões de pessoas. Frente a 2016, houve redução de aproximadamente 134 mil pessoas frequentando essa modalidade de educação profissional. As Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste registraram queda na proporção de pessoas em cursos técnicos de nível médio, enquanto no Norte e Nordeste houve manutenção dessa taxa entre 2016 e 2017.

Frequência a curso técnico de nível médio, segundo as Grandes Regiões (milhares)

Grandes Regiões	Total		Frequentava técnico de nível médio	
	2016	2017	2016	2017
Brasil	54 815	56 625	2 129	1 995
Norte	4 365	4 587	154	167
Nordeste	13 539	14 154	533	547
Sudeste	25 527	26 443	934	847
Sul	7 496	7 491	373	320
Centro-Oeste	3 888	3 951	134	114

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Frequência a curso técnico de nível médio (%)

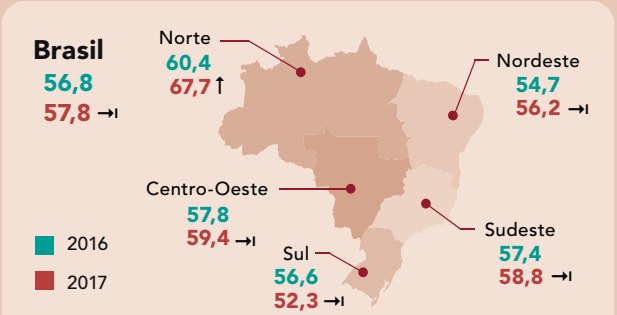


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.

Em relação à forma de realização do curso, observa-se, em todas as Grandes Regiões, um predomínio dos cursos subsequentes ao ensino médio, ou seja, oferecido para as pessoas que já detinham o diploma de ensino médio (ou equivalente) e que investiram em educação profissional após a etapa do ensino regular. A Região Norte foi a única que apresentou um aumento de 2016 para 2017, chegando a alcançar 67,7% dos cursos técnicos frequentados na modalidade subsequente. Nas demais Regiões não houve variação significativa desse percentual.

Pessoas que frequentavam o curso técnico de nível médio na modalidade subsequente ao ensino médio, segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.

Na modalidade de curso integrado ou concomitante ao ensino médio, a Região Sul foi aquela com participação mais elevada, 47,7%. Nesse formato de curso, há uma preparação simultânea do aluno na educação regular e na profissional, possibilitando que os investimentos em educação profissional gerem benefícios mais rapidamente.

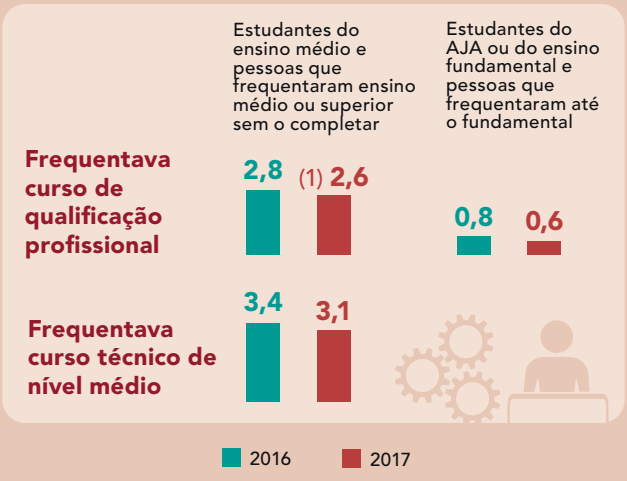
Qualificação profissional

A modalidade mais acessível da educação profissional, a qualificação profissional, é composta por diversos cursos que visam qualificar o indivíduo para o trabalho em uma determinada ocupação sem, todavia, aumentar o seu nível de escolaridade. Esses cursos podem ser ministrados em escolas, empresas ou em outras instituições, têm duração variável e conferem certificado de participação. Não há uma legislação específica que defina diretrizes e normas de tais cursos, no entanto, como parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, o Ministério da Educação organizou uma lista de Cursos de Formação Inicial e Continuada (Cursos FIC), estabelecendo a carga horária e a escolaridade mínima exigida, para direcionar a oferta dessa qualificação profissional na esfera pública e do Sistema Nacional de Aprendizagem (Sistema S), com financiamento do PRONATEC.

Apesar de tais iniciativas, existe uma dificuldade prática em coletar informações sobre essa modalidade de educação profissional devido à falta de uma definição legal para a qualificação profissional. Assim, utiliza-se um conceito amplo, que considera como qualificação os cursos de formação profissional para uma determinada ocupação, independentemente de serem Cursos FIC ou não.

Em 2017, levando em conta as 74 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estudavam no AJA ou no ensino fundamental (regular ou EJA) e aquelas que frequentaram no máximo o ensino fundamental (ou equivalente), 0,6% estava frequentando curso de qualificação profissional, o que equivale a 439 mil pessoas. Em relação a 2016, registrou-se diminuição de 130 mil pessoas com essa mesma escolaridade que frequentava a qualificação profissional. O percentual é pequeno, dado o número de pessoas que poderia ter acesso a esta modalidade de educação profissional, sendo um pouco maior para os homens (0,7%) do que para as mulheres (0,5%), e similar entre pessoas de cor branca (0,6%) e de cor preta ou parda (0,6%).

Pessoas de 14 anos ou mais de idade que frequentavam curso de educação profissional, segundo a modalidade do curso e o nível de instrução (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

(1) Variação não significativa ao nível de confiança de 95%.

Entre os 65,2 milhões de pessoas que estudavam no ensino médio (regular ou EJA) e aquelas que anteriormente frequentaram o ensino médio (ou equivalente) ou o superior sem o completar, 2,6% frequentava curso de qualificação profissional e 3,1%, curso técnico de nível médio, totalizando 3,7 milhões de pessoas em alguma das duas modalidades de educação profissional. Se comparado a 2016, o percentual desse grupo realizando curso técnico de nível médio diminuiu 0,3p.p., enquanto o percentual realizando qualificação profissional não apresentou diferença estatisticamente significativa entre 2016 e 2017.

Não frequência à escola

Pessoas de 15 a 29 anos de idade com nível de instrução até o superior incompleto

Estimou-se que, em 2017, 25,1 milhões das pessoas de 15 a 29 anos de idade não frequentavam escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional e não haviam concluído uma graduação. Nesse grupo se caracterizava por 52,5% de homens e 64,2% de pessoas de cor preta ou parda. Em relação ao nível de instrução, 55,1% tinha o ensino médio completo ou superior incompleto, 23% o ensino fundamental completo ou médio incompleto e 21,9% era sem instrução ou com o fundamental completo. Esse perfil foi similar em 2016.

De 2016 para 2017, foram 343 mil pessoas a mais nessa situação, equivalendo a um aumento de 1,4% desse grupo. Dentre os motivos relacionados, as razões mais frequentes alegadas pelas pessoas foram: por motivo de trabalho, ou seja, trabalhava, procurava trabalho ou conseguiu trabalho que iria começar em breve (39,7%); não tinha interesse (20,1%); e por ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de pessoas (11,9%).

Os motivos relacionados ao mercado de trabalho foram mais frequentes entre os homens (49,4%) do que entre as mulheres (28,9%) e ambos apresentaram queda frente a 2016 (50,6% entre os homens e 30,5% entre as mulheres). Além disso, 24,2% dos homens declararam não ter interesse em estudar ou se qualificar, percentagem que entre as mulheres foi 15,6%, ambos no mesmo patamar de 2016. Já a falta de dinheiro para pagar as despesas com o estudo foi alegada por 9% dos homens e por 12% das mulheres, e maior do que no ano anterior (6,9% entre os homens e 8,8% entre as mulheres). Entre as mulheres também chama atenção o peso dos cuidados de pessoas e dos afazeres domésticos, visto que 24,2% delas disseram não estudar ou se qualificar por necessidade de realizar essas tarefas, valor mais baixo 1,9p.p. que em 2016.

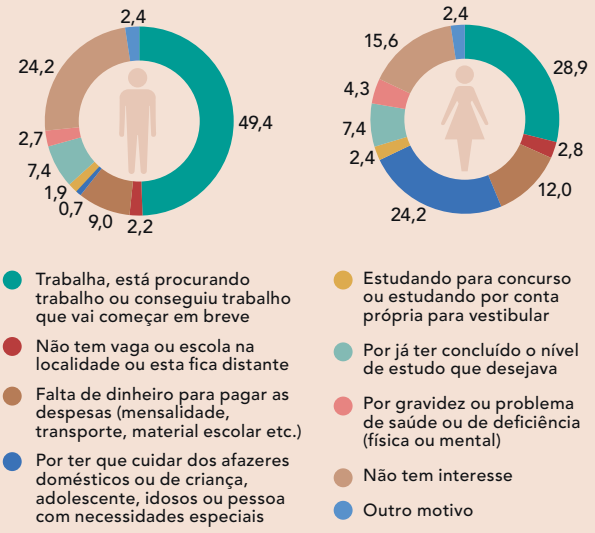
Segundo o nível de instrução, observa-se que o motivo de trabalho também foi o mais frequente, sendo indicado por 33,6% das pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; 43,1% das que possuíam ensino fundamental completo ou médio incompleto; e 40,6% daquelas com ensino médio completo ou superior incompleto.

A realização de afazeres domésticos ou cuidados de pessoas foi mais frequente entre as duas categorias mais baixas de nível de instrução, em torno de 17%, do que entre as pessoas com o ensino médio completo ao superior incompleto, com 7,7%.

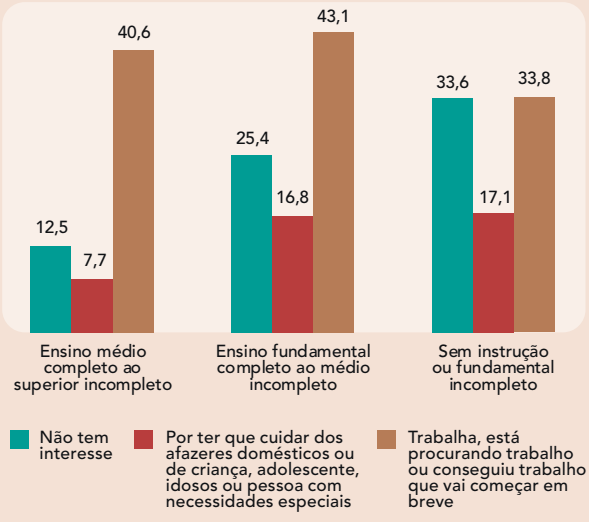
A falta de interesse em prosseguir os estudos ou em se qualificar, por sua vez, se mostrou mais relacionada com os grupos de pessoas que investiram menos em educação, variando de 12,5%, entre as pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto, 25,4% entre aquelas com o fundamental completo ao médio incompleto e alcançando 33,6% entre aquelas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (único grupo com aumento de 1,8 p.p. para esse motivo frente a 2016).

Pessoas de 15 a 29 anos de idade que não frequentavam escola ou alguma qualificação, nem haviam concluído o ensino superior, por motivo de não frequência

Sexo (%)



Nível de instrução (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

PNAD contínua

Condição de estudo e situação na ocupação

Pessoas de 15 a 29 anos de idade

Após apresentar o panorama da frequência a educação básica, superior e profissional, além dos motivos das pessoas de 15 a 29 não estarem estudando ou se qualificando, é importante analisar a distribuição da população dessa faixa etária segundo a condição de estudo (estudando ou não estudando) e a situação na ocupação ocupada ou não ocupada (pessoa desocupada ou fora da força de trabalho). Para a condição de estudo, considera-se um conceito amplo que inclui desde a frequência à escola, assim como a frequência a cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional.

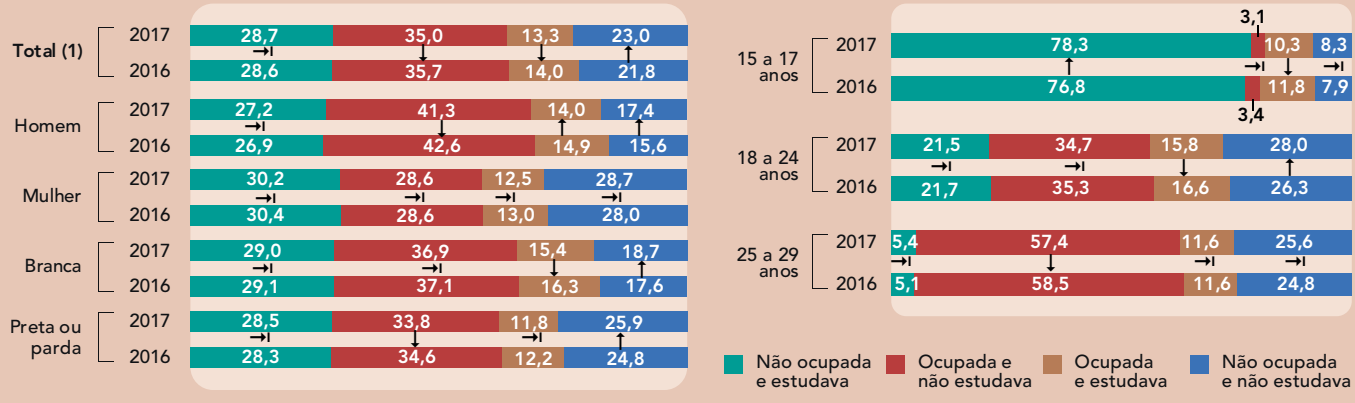
No Brasil, em 2017, havia 48,5 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade e esse patamar foi similar ao ano de 2016. Dentre essas pessoas, 13,3% estavam ocupadas e estudando, 23,0% não estavam ocupadas nem estudando; 28,7% não estavam ocupadas, porém estudavam; e 35,0% estavam ocupadas e não estudando. Em relação a 2016, verifica-se um aumento de 1,2p.p. no grupo de pessoas que não estava ocupada, nem estudando, em detrimento dos grupos onde as pessoas se encontravam ocupadas. Essa trajetória pode estar relacionada ao momento econômico vivido pelo país.

Na análise segundo o sexo e a cor ou raça, observou-se que, de maneira geral, entre 2016 e 2017 houve uma estabilidade no percentual de pessoas que apenas estudavam. Por outro lado, a redução da ocupação, seja entre o grupo que se encontrava ocupado e estudando ou entre os que estavam apenas ocupado, foi contrabalanceada pelo aumento do grupo de pessoas que não estavam ocupadas e nem estudando. Logo, em 2017, 17,4% dos homens e 28,7% das mulheres não estavam ocupadas, nem estudando ou se qualificando. Entre as pessoas de cor branca, essa proporção foi 18,7% e entre as de cor preta ou parda foi 25,9%.

A análise por grupos de idade mostra algumas especificidades quanto a idade. Entre as pessoas mais novas, de 15 a 17 anos de idade, que ainda estavam em idade escolar obrigatória, 78,3% se dedicavam exclusivamente ao estudo, representando um aumento de 1.5p.p. frente a 2016. No grupo intermediário, das pessoas de 18 a 24 anos, a maior parte (34,7%) estava ocupada e não estudava, porém, o maior crescimento, entre 2016 e 2017, se deu no grupo de pessoas não ocupadas nem estudando, 26,3% em 2016 para 28% em 2017. No grupo mais velho, das pessoas de 25 a 29 anos, 57,4% estava ocupada e não estudava, e 25,6% estava não ocupada e não estudava.

Logo, entre 2016 e 2017, cujo momento econômico foi de declínio da ocupação, a educação e a qualificação profissional não ganharam espaço entre as pessoas de 18 a 29 anos. Os investimentos em capital educacional são fonte de requalificação das pessoas que estavam não ocupadas, assim como uma forma de qualificação para manutenção dos empregos. ■

Distribuição das pessoas de 15 a 29 anos de idade, segundo a condição de estudo e a situação na ocupação



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.
Nota: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.
(1) Inclusive aquelas declaradas de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento

Normalização textual
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Documentação

Projeto gráfico
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
Agência Brasil/EBC

Impressão
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gráfica Digital

Se o assunto é **Brasil**, procure o **IBGE**.
/ibgecomunica /ibgeoficial
/ibgeoficial /ibgeoficial
www.ibge.gov.br 0800-721-8181
(21) 97385-8685
IBGE

Links

Tabelas de resultados, notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa/estudo
https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=21073